



*Empowered lives.  
Resilient nations.*



**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**

**País: Moçambique  
Documento Projecto**

**Gestão Sustentável dos Recursos Naturais com  
vista a Resiliência e a um Crescimento e  
Desenvolvimento Equitativo - Projecto SUNRED em  
Moçambique**

**Plano de Actividades 2015  
Ministério da Planificação e Desenvolvimento  
Ministério das Finanças**



**Nome do Projecto: Gestão Sustentável dos Recursos Naturais com vista a Resiliência e a um Crescimento e Desenvolvimento Equitativo, Projecto SUNRED de Moçambique.**

Documento Projecto do PNUD Moçambique para uma implementação coordenada do Programa Desenvolvimento Humano Verde (Programa DHV), do Projecto Africano de Adaptação Climática e Segurança Alimentar (ACAFS), da Iniciativa Pobreza e Meio Ambiente (IPMA), e de programas futuros que irão contribuir para o Resultado #3 do UNDAF. O propósito desta actualização é de melhor coordenar os programas de apoio das Nações Unidas com o objectivo de contribuir para o Resultado 3 da UNDAF e modificar os mecanismos de gestão dos projectos actuais com vista a assegurar uma implementação efectiva e as sinergias do programa para o período 2014 - 2017.

**Resultado 3 do UNDAF:** Gestão efectiva e sustentável dos recursos naturais e redução de riscos de desastres em benefício de toda a população em Moçambique, particularmente os mais vulneráveis

**Resultados Esperados do CP:**

CP/UNDAF RESULTADO #3: Gestão efectiva e sustentável efectiva dos recursos naturais e redução de riscos de desastres em benefício de toda a população em Moçambique, particularmente os mais vulneráveis.

**Resultados Esperados do Projecto:**

- 1) Consolidação das políticas e do quadro legal com vista a uma implementação coordenada da gestão sustentável dos recursos naturais á favor dos mais carenciados.
- 2) Melhor utilização da ciéncia em processos de decisão baseados na melhoria dos sistemas de informação ambiental.
- 3) Possibilitar a participação local nos processos de planificação e de tomada de decisão para a sustentabilidade á favor dos mais carenciados.
- 4) Implementação melhorada e extensiva da sustentabilidade á favor dos mais carenciados por meio dos programas de desenvolvimento nacional e de estruturas de orçamentação.

**Agência Implementadora:** Governo de Moçambique

**Parceiros de Implementação:** O Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental é o parceiro implementador para os Resultados 1, 2 e 3 (A componente do Desenvolvimento Humano Verde) e o Ministério de Planificação e Desenvolvimento é o parceiro implementador para os Resultado 4 ("A Componente de Planificação e Orçamentação") apoiados pelo PNUD-PNUMA -Iniciativa Pobreza e Ambiente. O Resultado 4 será implementado em coordenação com o Ministério das Finanças como parte responsável pelo produto 2 "Orçamentação e Financiamento para um desenvolvimento sustentável incorporado nos planos nacionais, distritais e sectoriais, nas políticas e nos orçamentos".

**Início do Projecto SUNRED:**

A implementação do Projecto SUNRED iniciará no mês de Janeiro 2015.

---

## Descrição Resumida

Os objectivos da melhoria do bem-estar da população de Moçambique, o crescimento económico, as realizações com vista a um desenvolvimento nacional e a redução da pobreza dependem em grande medida do uso sustentável dos recursos naturais (RN). O uso sustentável dos RN está também estreitamente ligado a mitigação das mudanças climáticas e a sua adaptação. Por esta razão, o **Projecto (SUNRED): Gestão Sustentável dos Recursos Naturais com vista à Resiliência e a um Crescimento e Desenvolvimento Equitativo**, tenciona contribuir para os objectivos de desenvolvimento sustentável e gestão eficiente dos recursos naturais do UNDAF através do apoio ao governo na resolução das lacunas relativas à insuficiente coordenação, capacidade, fundos e informação que foram identificados como os principais problemas na promoção de um desenvolvimento sustentável á favor dos mais desfavorecidos em Moçambique ("Relatório sobre a Implementação Harmonizada do Desenvolvimento Humano Verde, Projecto Africano de Adaptação Climática e Segurança Alimentar, Projecto Economia Verde e a Iniciativa Pobreza e Meio Ambiente em Moçambique, 2014"). O Projecto irá especificamente trabalhar de forma a alcançar quatro objectivos:

- 1) Consolidação das políticas e do quadro legal com vista a uma implementação coordenada da gestão sustentável dos recursos naturais á favor dos mais desfavorecidos.
- 2) Melhor utilização da ciência em processos de decisão baseados na melhoria dos sistemas de informação ambiental.
- 3) Possibilitar a participação local nos processos de planificação e de tomada de decisão para a sustentabilidade á favor dos mais desfavorecidos
- 4) Implementação melhorada e extensiva da sustentabilidade á favor dos mais desfavorecidos por meio dos programas de desenvolvimento nacional e de estruturas de orçamentação.

Para se alcançar os objetivos com sucesso será necessário o envolvimento dos actores ambientais, de planificação e de finanças; uma vez que os Resultados 1, 2 e 3 serão implementados pelo Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental e o Resultado 4 pelo Ministério de Planificação e Desenvolvimento e pelo Ministério das Finanças.

O Projecto tenciona trabalhar na base das realizações anteriores do Programa Desenvolvimento Humano Verde (iniciado em 2012) e nas Iniciativas do Projecto Pobreza e Meio Ambiente (iniciado em 2005) como também no Projecto Africano de Adaptação Climática e Segurança Alimentar (ACAFS). Este projecto conjunto representa um esforço do PNUD e do PNUMA em Moçambique em coordenar e impulsionar as sinergias entre os programas que visam apoiar o Governo de Moçambique a alcançar o Resultado 3 do UNDAF.

O principal impacto que o projecto tenciona alcançará gestão efectiva e sustentável dos recursos naturais e redução de riscos de desastres em benefício de toda a população em Moçambique, particularmente os mais vulneráveis. Esse impacto será criado através do fortalecimento das capacidades a todos os níveis de forma a implementar políticas e que o quadro legal integre a sustentabilidade a favor dos pobres e os objectivos de resiliência por meio do aumento dos recursos financeiros para a implementação desses objectivos, encorajando a participação pública na criação, utilização e gestão de informação para facilitar o processo de decisão na questão relativa à como poderá o aumento do investimento sustentável ajudar a alcançar os objectivos de desenvolvimento. O projecto irá contribuir de forma significativa para o alcance dos impactos concretos e desejados. Para alcançar os objectivos desejados, existe a necessidade de trabalhar mais nas evidências existentes sobre como o desenvolvimento sustentável e a gestão dos RN estão interligados com a pobreza, com o crescimento e com a resiliência em Moçambique. Existe também a necessidade de aumentar a capacidade para uma coordenação conjunta e financiamento para o ambiente á favor dos pobres e a gestão dos RN e mitigação das mudanças climáticas e adaptação em Moçambique.

O projecto coloca particular ênfase na construção de uma capacidade institucional suficiente para a planificação, gestão de conhecimento e para uma orçamentação e financiamento sustentável á favor dos pobres que são todos elementos significativos para a sustentabilidade do projecto. O projecto assenta-se numa abordagem participativa a ser adotada durante o seu desenvolvimento e mantida durante todo o período de implementação de tal forma que os parceiros de implementação e os ministérios chave, o PNUD Moçambique e a IPMA África estejam totalmente envolvidos.

Período do Programa:	2014-2017	Total de Recursos Necessários	560,527.51 USD
Identidade Concedida no Atlas:		Total de Recursos alocados:	
Data do inicio:	01-07-2014	• PNUD-PNUMA IPMA	400,000.00 USD
Data do Fim	31-12-2017	Orçamento não Financiado:	160,527.51
Contribuições em espécie:			

Acordado pelo Director Adjunto de Planificação MPD

Xavier Agostinho Chavana  
Xavier Agostinho Chavana



Data

23/12/2014

Acordado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

Data

f. Umuuyemum  
Matthias Naab, Director Residente

9/1/2015

**Componente da Planificação e Orçamentação - Plano Anual de Trabalho 2015:**

Resultados	Actividades	Workplan				Entidade responsável	Orçamento USD
		T1	T2	T3	T4		
<b>Resultado 1:</b> Sustentabilidade pro-pobreza da gestão dos recursos naturais e do ambiente integrada nas políticas, planos e programas de desenvolvimento a nível nacional, sectorial e provincial e reforçados os mecanismos de coordenação inter-setorial do governo para integração das ligações entre a pobreza, ambiente e recursos naturais (P-ARN)	<b>1.1.</b> Integração dos objectivos da P-ENR e das mudanças climáticas na Matriz Operacional do Plano Quinquenal do Governo (PQG) 2015-2019 com Indicadores para captar as ligações entre o desenvolvimento sectorial, redução da pobreza e a sustentabilidade da ENR.						
<b>Indicadores:</b>		Contrar Consultor para a Avaliação dos Indicadores para Assuntos Transversais (AT) no actual PQG 2010 – 2014 e PARP 2011 – 2014 (vantagens e desvantagens) de forma a preparar recomendações para a Matriz Operacional do PQG.		MPD (DNP e DNMA)		MPD (DNP e DNMA)	30,000.00
		<b>1.1.3.</b> Apoiar o Grupo de Trabalho Ambiental e outros grupos de trabalho sectoriais relevantes na preparação de contribuições para o PQG que tenham relevância para interligação entre a P-ENR (trabalho a ser baseado no documento de referência preparado ao abrigo do ponto 1.1.2) trabalho a ser baseado no documento de referência preparado em 2014.		MPD (DNP e DNMA)		MPD (DNP e DNMA)	14,679.88
<b>Linha de base:</b>		7 PES Sectoriais referente a 2014 a nível nacional integram objectivos de gestão sustentável dos RN e ambiente nos seus planos		MPD (DNP e DNMA)		MPD (DNP e DNMA)	33,000.00
		PQG 2010 – 2014 integra os assuntos ambientais como uma dos assuntos transversais (AT) com 6 áreas prioritárias; bem como nas prioridades dos sectores de Agricultura e do Turismo; prioridades do desenvolvimento macroeconómico referem-se a necessidade de promover o crescimento e desenvolvimento económico sustentável e inclusivo					
		Alguns sectores aplicam a Matriz Simplificada, contudo ressentese a ausência de um sistema adequado de monitoria que permita quantificar a Linha de base					
<b>Ano Alvo 2015:</b>		1.2.1 Realizar seminário e sessões de trabalho nos distritos, para Avaliar como o uso da matriz contribuiu para a integração dos AT, através da realização de um inventário sobre em que medida a Matriz foi usada – Modulo 4 Gaza- Massangena e Guijá, e Zambézia – Maganja da Costa e Nicoadala		MPD (DNMA)		MPD (DNMA)	66,300.00
		• 11 PES 2016 Sectoriais a nível nacional: integram a gestão sustentável dos RN e ambiente, bem como adaptação às mudanças climáticas					

<ul style="list-style-type: none"> <li>O PQG 2015 – 2019 integra os objectivos e indicadores da P-ENR</li> <li>O quadro de M&amp;A para os AT é aplicado por 6 sectores</li> </ul>			
<p><b>1.3. Apoiar na implementação e no aprimoramento de ferramentas para integração de CCIs, incluindo a Matriz de Integração para melhorar a integração de questões transversais de P-ENR e de género nos planos de desenvolvimento e quadros de M&amp;A.</b></p>	<p>1.3.2 Apoiar na actualização da matriz ou na concepção de uma nova ferramenta de integração (níveis nacional e local) para assegurar que reflecta melhor a perspectiva P-ENR e género com base na avaliação (1.3.1)</p>	<p>MPD (DNP e DNMA)</p>	<p>3,000.00</p>
	<b>Subtotal Resultado 1:</b>		<b>146,979.88</b>
<p><b>Resultado 2: Garantir a alocação de recursos para programas que concorrem para o desenvolvimento sustentável incorporada nos planos e orçamentos nacionais (sectoriais), provinciais e distritais.</b></p> <p><b>Indicadores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>% alocação orçamental codificada como despesa ambiental ou despesa das mudanças climáticas.</li> <li>Grau de aplicação dos códigos da função ambiental, incluindo o código das mudanças climáticas entre os sectores: <ul style="list-style-type: none"> <li>Número de códigos função ambiental utilizados pelo MICOA e por suas instituições subordinadas e tuteladas Número de sectores a utilizando as funções do código ambiental para assistir os programas ambientais</li> <li>Avaliação descritiva dos níveis de aplicação dos códigos das mudanças climáticas introduzido em 2013</li> </ul> </li> <li>Grau de utilização dos códigos da função ambiental, incluindo o código das MC: <ul style="list-style-type: none"> <li>0.45% da despesa pública codificada com os códigos da função ambiental 2007-2010</li> <li>Grau de utilização dos códigos da função ambiental usados no MICOA e suas instituições de tutela (05511 – Pesquisa, Desenvolvimento de Protecção Ambiental, e 05611 – Protecção Ambiental n.e.c) <ul style="list-style-type: none"> <li>2 sectores e com capacidade limitada usam códigos de função ambiental (Turismo – 05411 – Proteção da Biodiversidade e da Paisagem; e Obras Públicas – 05211 – Gestão de Águas Residuais)</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>	<p>2.1 Apoiar na capacitação do Ministério das Finanças para integração dos objectivos e interligações entre pobreza, ambiente e recursos naturais (P-ARN) nos orçamentos e para monitoria dos mesmos nas despesas</p> <p>2.1.1(Plano de 2014) Organizar duas formações para os técnicos sectoriais a nível nacional orientado para a integração da P-ARN com destaque para mudanças climáticas em processos de orçamentação e planificação (1 das formações deverá ser implementada pelo PST junto com o MICOA, e 1 através de um consultor nacional)</p> <p>2.1.2. Apoiar o MdF na criação de capacidades em 6 sectores em materiais de codificação orçamental das despesas ambientais, despesas de gestão dos RN e relativas a MC; baseada na análise da aplicação do código de função referente ao meio ambiente (3 workshops com os sectores ao nível central e 3 workshops regionais/provinciais).</p> <p>2.1.3 Capacitar o pessoal do MdF (nível nacional e 3 províncias: Nampula, Gaza e Cabo Delgado) na utilização de ferramentas de avaliação económicas dos Orçamentos nos sectores intervenientes para os assuntos do ambiente.</p> <p>2.1.4. Elaborar análises dirigidas aos sectores intervenientes de opções de Orçamento e promover alocações para a sustentabilidade do meio ambiente e dos RN renováveis. Baseado na capacitação implementada no ponto 2.1.3</p>	<p>MOF (DNO)</p>	<p>26,153.33</p>
<p><b>Linha de base:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>0.45% da despesa pública codificada com os códigos da função ambiental 2007-2010</li> <li>Grau de utilização dos códigos da função ambiental usados no MICOA e suas instituições de tutela (05511 – Pesquisa, Desenvolvimento de Protecção Ambiental, e 05611 – Protecção Ambiental n.e.c) <ul style="list-style-type: none"> <li>2 sectores e com capacidade limitada usam códigos de função ambiental (Turismo – 05411 – Proteção da Biodiversidade e da Paisagem; e Obras Públicas – 05211 – Gestão de Águas Residuais)</li> </ul> </li> </ul>			

<ul style="list-style-type: none"> <li>Código de função para as mudanças climáticas introduzido em 2013, em uso limitado no orçamento de 2014</li> </ul> <p><b>Ano Alvo 2015:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>0.5% do Orçamento do Estado codificado como despesa ambiental</li> </ul>	<p><b>2.2 Aumento do potencial de rendimento provenientes da da gestão mais sustentável dos recursos naturais (RN) para a redução da pobreza (incluindo género).</b></p> <p>2.2.1 Avaliar a redução da pobreza e os impactos ao nível do desenvolvimento local através de mecanismos de partilha de receitas de ARN e subsídios orçamentais em 3 províncias (Tete, Inhambane, Zambézia).</p>	<p>MOF (DNO)</p> <p>66,760.00</p>	<p>220,873.33</p>
	<p><b>Subtotal Resultado 2:</b></p> <p><b>Resultado 3: Informação e conhecimentos sobre interligação entre pobreza, ambiente e recursos naturais colectados e acessíveis para os decisores do governo, sector privado e da sociedade civil.</b></p> <p><b>Indicadores</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Financiamento para integração do P-ARN concedido pelos doadores do país</li> <li>Número de material de disseminação produzido através da Componente de Planificação e Orçamentação utilizado pelo escritório PNUD no país, sociedade civil, mídia e doadores nos seus trabalhos.</li> </ul>	<p>PST, MPD, MoF</p> <p>21,020.00</p>	
	<p>3.1. Apoiar visitas de intercâmbio e a participação em diferentes fóruns para aprender das experiências de outros países para melhorar os trabalhos sobre a pobreza-meio ambiente em Moçambique</p> <p>3.2. Sistematicamente documentar e partilhar a metodologia e os resultados das directrizes, estudos e as sessões de capacitação com os parceiros do governo, o Escritório Nacional do PNUD, a Sociedade Civil e os Média para garantir o alcance e a sustentabilidade das produções e dos resultados para além do âmbito do projeto.</p> <p>3.2.1. Preparar uma estratégia de comunicação do projecto, preparar e partilhar material informativo sobre a nova fase do PEI e as principais realizações até ao momento junto as NU, sociedade civil, media e doadores (a ser preparado pelo PST, os custos são para impressão)</p> <p>3.3. Mobilizar recursos e envolver o grupo de trabalhado de doadores relevantes para promover um financiamento a longo prazo para o trabalho P-E em Moçambique</p> <p>3.2.1 Usar os resultados gerados em 2014 e 2015 para partilhar com os doadores</p>	<p>PST, MPD, MoF</p> <p>3,033.33</p>	
	<p><b>Linha de base:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sem alterações substanciais no financiamento dos doadores para integração do P-ARN (dados de 2008 e 2009, reflectidos na RDPSSA)</li> <li>Material de disseminação produzido e disseminado durante a Fase II do IPMA: <ul style="list-style-type: none"> <li>1 página sobre os 6 diferentes tópicos relevantes para os objectivos do P-ERNM e mudanças climáticas;</li> <li>Folha de informação sobre os resultados e as recomendações de 4 estudos</li> </ul> </li> </ul> <p><b>Ano Alvo 2015:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>5% de aumento dos fundos de doadores para P-ARN comparativamente ao ano 2009</li> <li>2 materiais de informação referentes a integração da P-ARN, planificação e orçamentação foram disseminados em 2015 junto do Escritório Nacional do PNUD, Parceiros do Governo, Sociedade Civil, os Mídia e Doadores, e usados por estes nas suas actividades</li> </ul>	<p>PST, MPD, MoF</p> <p>0.00</p>	<p>24,053.33</p>

<b>Resultado 4:</b> Gestão e implementação efectiva do programa.				
<b>Indicadores:</b>				
Percentagem de realização dos PATs (Plano Anual de Trabalho).				
<b>Linha de base:</b>				
A media da percentage de realização da Fase II do IPMA situa-se entre 50 e 60% (2008 – 2013)				
<b>Ano Alvo 2014:</b>				
Taxa de realização 100%.				
	<b>Subtotal Resultado 4:</b>			
	Total Resultados 1 a 4			
	Encargos bancários			
	<b>Orçamento Total 2015</b>			
	Disponível UNDP-UNEP PEI			
	Por mobilizar			